

Chiarelli defende que seja preservada a “idoneidade” do INPC

— Tecnicamente errado, politicamente perigoso e socialmente injusto.

A opinião é do Senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), considerando a hipótese de se aprovar expurgos no INPC para que os reajustes salariais não reflitam certos aumentos de preços, como por exemplo o da gasolina, dos transportes e do pão, se aprovada a redução dos subsídios para o seu consumo.

Em entrevista coletiva, ontem, na representação do Governo gaúcho no Rio, o Senador analisou as diversas alternativas para a reformulação da Lei Salarial e, a seguir, defendeu o que considera correto para o momento.

TENSÃO SOCIAL

— Devemos defender a preservação dos reajustes semestrais e a idoneidade do INPC — afirmou. Para ele, o projeto do Senador Roberto Campos (PDS-MT), sugerindo a negociação direta entre patrões e empregados, não seria indicado agora. Isto porque, no Brasil, a negociação direta “não é livre”.

— Com a legislação sindical que aí está, o salário mini-

mo, que vale somente 60% do que deveria perceber um trabalhador, a legislação de greve que exclui este direito, além da falta de garantia de emprego (“as demissões podem ser arbitrárias”), não há igualdade de condições, explicou.

Chiarelli, no entanto, entende que os Ministros e autoridades do setor econômico-financeiro “recuaram”, pois o expurgo do INPC não foi incluído no pacote divulgado ontem. Ele ressalta que a medida provocaria uma “grande tensão social, colocando em risco a estabilidade do processo de abertura política”.

— Um episódio muito interessante, exemplo claro dessa modificação de comportamento, é a revogação, pela primeira vez, de um decreto-lei, diz, referindo-se ao Decreto nº 2012. Segundo ele, houve, além de um acordo partidário — o do PTB/PDS, visando à maioria na Câmara dos Deputados — pressão da opinião pública. A revogação do decreto e o acordo partidário não foram revolucionários, pondera Chiarelli, mas já trouxeram correções e melhorias no campo social.